

**Análise da intersectorialidade no plano de saneamento básico de paragominas-PA****Intersectorial analysis in the basic sanitation plan of Paragominas-PA**

DOI:10.34117/bjdv5n12-107

Recebimento dos originais: 12/10/2019

Aceitação para publicação: 09/12/2019

**Ruana Regina Negrão de Souza**

Engenheira Ambiental pela Universidade do Estado do Pará

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Rodovia do Mario Covas, Residencial Parque dos Coqueiros, bloco 2, Ap, Coqueiro, Ananideua – PA, Brasil.

E-mail: ruengamb@gmail.com

**Mário Marcos Moreira Da Conceição**

Engenheiro Ambiental pela Universidade do Estado do Pará

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Rua Itamarati, N° 390 – bairro, São José, Castanhal – PA, Brasil.

E-mail: mariomarcosmc.7@gmail.com

**Ana Claudia De Sousa Da Silva**

Engenheira Ambiental pela Universidade do Estado do Pará

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Rua Maria Gorete, N° 1198 – bairro, Iametama, Castanhal – PA, Brasil.

E-mail: anahxua\_13@hotmail.com

**Raissa Jennifer da Silva de Sá**

Graduanda em Engenharia Ambiental e sanitária pela Universidade do Estado do Pará

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Rua Maria Gorete, N° 1198 – bairro, Iametama, Castanhal – PA, Brasil.

E-mail: raissajenniferdasilvadesa@gmail.com

**Estefani Danielle de Araújo Barros**

Engenheira Ambiental pela Universidade do Estado do Pará

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Travessa S-3, COHAB, n° 314B, Icoaraci, Belém – PA, Brasil.

E-mail: barrorestefani@gmail.com

**John Enzo Vera Cruz da Silva**

Graduado em Agronomia pelo Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Pará

Instituição: Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Pará

Endereço: Rua Americano, N° 78 – bairro, Nova Olinda, Castanhal – PA, Brasil.

E-mail: jhonsilvairituia@gmail.com

**Adriana Santos da Silveira**

Graduanda em ciências naturais – Biologia, pela Universidade do Estado do Pará

Instituição: Universidade do Estado do Pará

Endereço: Travessa Santarém, n° 210, Bairro Angelim, Paragominas, PA, Brasil.

E-mail: santosilveiradriana@gmail.com

**Ricardo Sousa Costa**

Graduando em ciências naturais – Biologia, pela Universidade do Estado do Pará  
Instituição: Universidade do Estado do Pará  
Endereço: Travessa Castanhal, N° 432, Bairro Angelim, Paragominas, PA, Brasil  
E-mail: ricardosousac9@gmail.com

**Gesivaldo Ribeiro Silva**

Graduando em Engenharia Florestal, pela Universidade do Estado do Pará  
Instituição: Universidade do Estado do Pará  
Endereço: Travessa Castanhal, N° 432, Bairro Angelim, Paragominas, PA, Brasil  
E-mail: gesivaldoribeiro@hotmail.com

**Antônio Pereira Júnior**

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará  
Instituição: Universidade Federal do Pará  
Endereço: Rodovia PA – 125, S/N – bairro, Angelim, Paragominas – PA, Brasil.  
E-mail: antonio.junior@uepa.br

**RESUMO**

O Saneamento Básico e a saúde pública vêm sendo negligenciados como instrumentos de planejamento, o que exige novas posturas na gestão das políticas públicas. Neste contexto, a articulação, através das ações intersetoriais é utilizada como forma de proporcionar benefícios e serviços de saúde e assistência social aos seus usuários. O objetivo deste trabalho é analisar a visão dos gestores quanto, a intersectorialidade dos órgãos de saneamento básico do município de Paragominas-Pará. A metodologia adotada foi através de análise qualitativa e aplicação de entrevistas semiestruturadas, referente ao tema e sucessiva descrição acompanhada de uma posterior análise dos dados coletados, com gestores dos principais órgãos públicos responsáveis pelo setor de saneamento básico do município. Os resultados obtidos mostram que os gestores compreendem a importância da intersectorialidade e são conscientes, que esta é feita de forma remediadora com base nos problemas obtidos em relação aos quatro eixos de saneamento acarretando maiores custos para o município de Paragominas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Gestão, Saneamento Básico.

**ABSTRACT**

Basic sanitation and public health have been neglected as planning tools, which requires new positions in the management of public policies. In this context, articulation through intersectoral actions is used as a way to provide health and social assistance benefits and services to its users. The objective of this paper is to analyze the managers' view regarding the intersectoriality of the basic sanitation agencies of the municipality of Paragominas-Pará. The methodology adopted was through qualitative analysis and application of semi-structured interviews, referring to the theme and successive description followed by a subsequent analysis of the collected data, with managers of the main public agencies responsible for the municipal sanitation sector. The results show that managers understand the importance of intersectoriality and are aware that it is done remediating based on the problems obtained in relation to the four sanitation axes causing higher costs for the municipality of Paragominas.

**Keywords:** Public Policy, Management, Basic Sanitation.

## 1. INTRODUÇÃO

A problemática urbana, resulta entre outras causas, da diversidade de impactos ambientais e das diferentes medidas através das quais se procura solucionar tais impactos. Dentre estas medidas, o saneamento básico, torna-se essencial para a melhoria da qualidade de vida da população e preservação dos recursos naturais, podendo ser definido como um conjunto de medidas mitigadoras que visam preservar ou modificar as condições do meio ambiente, com o objetivo de prevenir doenças e promover a saúde da população (GODECKE & DECKER, 2014).

Ademais, o saneamento também pode ser entendido como o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. Neste enfoque, o saneamento tem por objetivo minimizar os danos ao meio ambiente que interferem na saúde da população. Dessa forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que têm por finalidade alcançar salubridade ambiental. Além disso, é fator essencial para saúde, economia e produção de um país (VALDEVINO et al., 2010).

No entanto, o saneamento ambiental e a saúde pública vêm sendo negligenciados como instrumentos de planejamento, o que exige novas posturas na gestão das políticas públicas, na qual a participação popular e o controle social devem estar interligados e os setores de gestão responsáveis pelo saneamento dos municípios, relacionados no que se chama de intersetorialidade, haja vista que este é um direito assegurado pela constituição federal e definido pela Lei Federal do Saneamento Básico, n. 11.445:2007 (PHILIPPI JÚNIOR, 2005).

Não obstante, observa-se que no decorrer do processo de descentralização dos serviços públicos pós Constituição Federal de 1988, sobretudo, no âmbito da saúde e da assistência social, a intersetorialidade e a articulação representam um tema complexo e desafiador que, apesar de fazerem parte do ideal a ser alcançado pelos gestores das políticas públicas, não estão contemplando essas áreas da forma como vem sendo proposto nos marcos regulatórios dessas políticas. Então, a articulação, através das ações intersetoriais é utilizada como forma de proporcionar benefícios e serviços de saúde e assistência social aos seus usuários (COMERLATTO et al., 2007; JUNQUEIRA, 1998; ORNELAS & TEIXEIRA, 2015).

Sabe-se ainda, que a situação dos serviços de saneamento no Brasil continua bastante precária ao longo dos anos, em virtude das deficiências nas políticas públicas de saneamento vigentes até o momento, além da suposta carência de recursos públicos para investimentos em obras de tal porte (LEONETI et al., 2011). O cenário do saneamento básico em nível nacional sugere a necessidade de uma avaliação não apenas global, mas também local das características de tais dados, uma vez que, a

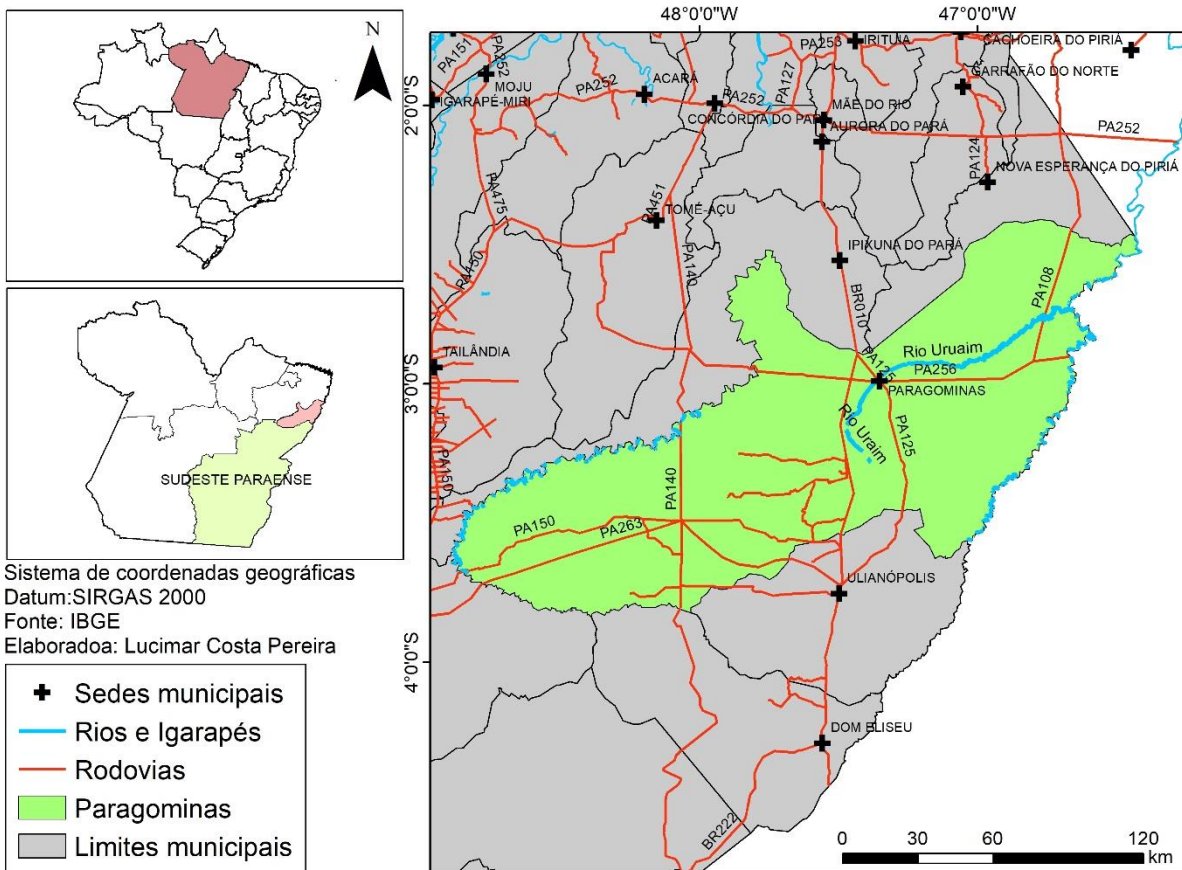
realidade muda bastante entre as diversas regiões brasileiras. Assim, aumentam as possibilidades de se criarem estratégias mais eficientes de melhoramento no quadro de saneamento ambiental no país (CARVALHO & ADOLFO, 2012).

Nessa perspectiva, a opção pelo processo de intersetorialidade remete à noção de que as políticas públicas não podem desenvolver-se, de forma desarticulada e permite uma abordagem, de maneira ampla da problemática social em seu caráter complexo, bem como multidimensional, se inserindo em vários âmbitos do atual contexto político, econômico e social. Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos gestores de saneamento do município de Paragominas-PA quanto à intersetorialidade como ferramenta para o desenvolvimento do sistema de saneamento já existente.

## **2. METODOLOGIA**

O município de Paragominas (Figura 1), situado às margens da rodovia Belém-Brasília (BR-010) está localizado na mesorregião nordeste do Pará, há 320 quilômetros da cidade de Belém, possui uma área de 19.342,254 quilômetros quadrados e uma população estimada de 107,010 resultando em uma densidade demográfica de 5,06 habitantes por quilômetro quadrado. Tem como limite os municípios paraenses: Ipixuna do Pará, Nova Esperança do Piriá, Ulianópolis, Goianésia do Pará e Dom Eliseu (IBGE, 2010).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo, Paragominas – PA.



Fonte: Autores (2019)

Este município caracteriza-se por ter um clima tropical chuvoso com estação seca bem definida. A temperatura média anual é elevada, em média de 26.5°C, e máxima de 35°C. O regime pluviométrico anual corresponde a 2250 mm, mas não se distribui regularmente durante o ano. Os meses de julho a dezembro correspondem aos dias mais quentes, enquanto de janeiro a junho, o período mais frio (EMBRAPA, 2003).

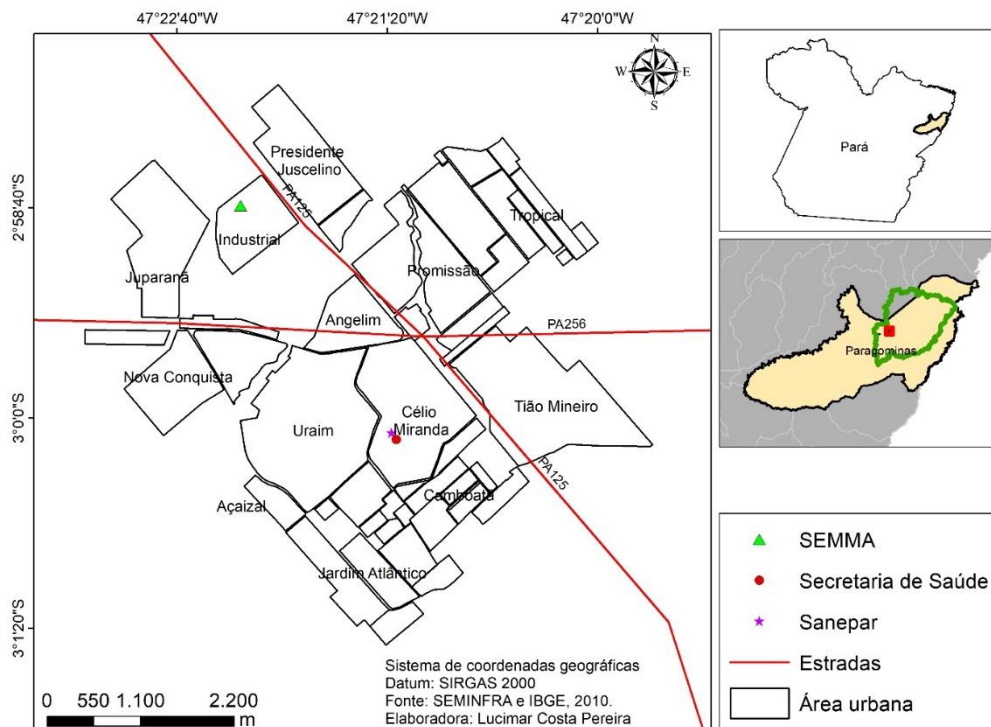
O método utilizado foi o Indutivo: indica o raciocínio que, após considerar um número suficiente de casos particulares, conclui uma verdade geral. Esta pesquisa tem carácter descritivo registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. A pesquisa também foi exploratória (pesquisa bibliográfica e estudos de caso) com levantamento de informações que proporcionam ao pesquisador o conhecimento a respeito do tema proposto (OLIVEIRA, 2011).

Essa metodologia foi complementada com o levantamento de dados documentais em sites de busca aberta (Google Scholar, Ler livros, WebScience) e em instituições envolvidas a pesquisa sobre saneamento. Em relação à abordagem, empregou-se a qualitativa: é um método de investigação científica que se foca no carácter subjetivo do objeto analisado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Foi efetuada a aplicação de entrevistas semiestruturadas referente ao tema e sucessiva descrição, acompanhada de uma posterior análise dos dados coletados com gestores dos principais órgãos públicos que tratam do saneamento básico do município de Paragominas.

A aplicação de questionário conduz à coleta de dados reais, que de forma precisa busca por dificuldades existentes na rede de saneamento básico do município. A coleta de dados com a entrevista direta, em senso de relatos descritos, foi realizada com gestores representantes da Agência de Saneamento de Paragominas (SANEPAR), Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SEMMA) e da Secretaria Municipal de Saúde (SEMS) (Figura 2).

Figura 02: Localização dos órgãos municipais de saneamento de Paragominas-PA.



Fonte: Autores (2019).

A entrevista consistiu com sete perguntas relacionadas ao saneamento básico prestado ao município, relacionando este a intersetorialidade como ferramenta para um melhor engajamento dos setores de saneamento. As perguntas envolviam temas desde o conhecimento de termo intersetorialidade, fatores que contribuem ou prejudicam essa relação intersetorial, a existência de mecanismos para essa integração e as oportunidades perdidas pela falta deste engajamento.

A análise iniciou-se com a transcrição dos dados coletados por gravações e sucessiva exploração do conteúdo, os discursos dos entrevistados foram reunidos e direcionados a uma única preleção. Buscou-se, selecionar as ideias centrais com as palavras chaves de cada entrevistado para sintetizar todo conteúdo.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos indicaram que os entrevistados apresentam cargos diferenciados em três setores municipais, apresentando diferentes opiniões em relação ao saneamento básico, onde são responsáveis pelos quatro eixos do saneamento: gerenciamento dos resíduos sólidos e drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário, e os responsáveis pela saúde pública do município objeto desta pesquisa. Entretanto, a articulação entre estes responsáveis é deficitária, quadro que dificulta uma gestão mais efetiva destes processos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a abrangência dos serviços de saneamento básico no Brasil ainda é caracterizada por déficits marcantes que refletem em elevados índices de doenças relacionadas à inexistência ou inadequação desses serviços em diversos municípios, dentre estes problemas, está a ausência de planos consorciados de gestão e de articulação entre os responsáveis pela efetivação do saneamento, fato que é perceptível em Paragominas-PA, tonando-se um fator agravante de problemas de saneamento no que tange a efetivação e otimização dessa gestão.

Neste contexto, a Lei nº 597, de 4 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Paragominas - PDDU, no Art. 10, afirma que para se atingir a finalidade deste plano, ficam estabelecidas dentre as diretrizes gerais, a melhoria e ampliação dos serviços de infra-estrutura de abastecimento de água, iluminação, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos, arborização pública e telecomunicações. Neste contexto, a intersetorialidade entre os responsáveis por estes serviços, torna-se imperativo para o desempenho do plano de saneamento do município de Paragominas-PA.

A análise dos dados obtidos com os gestores em relação ao conceito de intersetorialidade e a importância desta para os avanços da qualidade de vida do município, indicou que é um bem necessário envolvendo o abastecimento de água, esgotamento sanitário, gerenciamento dos resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais, que são serviços prestados pela SANEPAR, Secretária de Urbanismo e a Secretária de Infraestrutura do município de Paragominas.

Em relação às reuniões, mecanismos e os incentivos atraídos para a integração, os dados obtidos indicaram que não há definição para este processo, a partir de encontros entre os secretários e o prefeito para a discussão de política, entretanto, os atores envolvidos, como a secretaria de Meio Ambiente, SANEPAR, Secretaria de Educação e Secretaria de Obras, realizam as funções exigidas sem um planejamento intersetorial. Além disso, o município possui o conselho de saneamento e de meio ambiente, mas não há reuniões frequentes, sendo realizadas somente quando há alguma pauta específica para discussão.

Os dados obtidos indicaram que na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município, houve a integração dos diversos setores, abrangendo os quatros eixos de saneamento, que hoje caracterizam o saneamento básico, trabalhando inicialmente sobre o diagnostico em relação às mazelas de abastecimento de água, identificando todos os setores de distribuição com reservatórios e linhas de distribuição, a descrição do esgotamento sanitário e a população que recebe esse sistema, mas, não há continuidade desse procedimento articulado entres os setores responsáveis pelo saneamento de Paragominas-PA.

No PDDU de Paragominas-PA, especificamente no Art. 2, é indicado que os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base em princípios fundamentais que englobam a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante, com transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados. Entretanto, de acordo com os dados obtidos, a ausência dessa relação mais efetiva ainda prevalece em Paragominas-PA.

Consonante a isto, a lei n. 870:2014, que dispõe sobre a Política Municipal do Município de Paragominas-PA, afirma que, por mais que o processo de saneamento seja executado por prestadores independentes, estes serviços deverão estar relacionados de forma integrada. Dentre os princípios desta Lei, está a integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades, fato que só é efetivo com uma gestão intersetorial do plano de saneamento de Paragominas, que ainda é insuficiente no município.

Neste contexto, pesquisa efetuada no Brasil por Leoneti, Prado e Oliveira (2011), os autores indicaram que pelo impacto na qualidade de vida, na saúde, na educação, no trabalho e no ambiente, o saneamento básico envolve a atuação de múltiplos agentes em uma ampla rede institucional. Entretanto, este processo ainda está marcado por uma grande desigualdade e por um grande déficit ao acesso, principalmente em relação à coleta e tratamento de esgoto, quadro que também se configura no município objeto desta pesquisa.

#### **4. CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES**

Diante disso, nota-se que a intersetorialidade existente entre os eixos do saneamento básico do município de Paragominas-PA, é apenas de forma remediadora e não preventiva, não sendo eficaz a sua aplicação como ferramenta para o desenvolvimento do saneamento já existente no município, pois só há integração dos setores quando surgem problemas no município relacionados ao



saneamento. Dessa maneira, as reuniões são feitas com base nos problemas que devem ser resolvidos e conseqüentemente gera mais custos para a Prefeitura de Paragominas, o que induz a acreditar que o planejamento não acontece como convicção dos seus reais benefícios.

Deste modo, as ações de saneamento básico, se configuram em serviços públicos essenciais de obrigação do Estado, mais especificamente na instância municipal. Logo, cabe ao poder público dos municípios a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e definir as políticas e os programas a serem efetivados. Por outro lado, os cidadãos, usuários dos serviços de saneamento ambiental, não devem atuar neste contexto como sujeitos passivos, encarregados unicamente de esperar as execuções municipais para melhorar ou piorar suas respectivas qualidades de vida. Pelo contrário, devem opinar cobrar e fiscalizar as ações do poder público efetuando seu papel na participação e integralidade com o poder público.

É necessário ressaltar que a sociedade assume importante papel para a formulação e execução das políticas públicas em todos os campos e esferas. Ou seja, os cidadãos devem abandonar o pensamento que restringe a execução de obras de saneamento unicamente pelos gestores públicos e adotar a ideia de constituir, juntamente com as instâncias governamentais, uma ação que, a partir da participação integrada, almeje benefícios mútuos, cujo objetivo maior seria a preservação da qualidade ambiental.

Assim, para que haja um bom funcionamento dos componentes integrantes do saneamento básico, é de fundamental relevância o engajamento intersetorial dos vários órgãos de saneamento para a construção e de tomadas de decisão durante sua formulação, tornando-se imprescindível a sua participação no planejamento político em todas as etapas.

Este engajamento é tido como imprescindível para os gestores entrevistados. No entanto, a efetividade da aplicação deste termo no planejamento de saneamento do município não é efetiva. Por isso, é necessário que se tenha clareza de sua importância prática e conceitual, pois se trata de ação que representa a melhor forma de articulação dos vários saberes e fazeres que interferem na vida em sociedade.

### REFERÊNCIAS

CARVALHO, S.A.; ADOLFO, L. G. S. O direito fundamental ao Saneamento Básico como garantia do mínimo existencial social e ambiental. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 6-37, jul. 2012.

COMERLATTO, D. *et al.* Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p.265-271, jul. 2007.

EMBRAPA, **Agência de Informação** Embrapa, 2003. Disponível em:<<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/408067/caracterizacao-e-classificacao-dos-solos-do-municipio-de-paragominas-estado-do-para>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GODECKE, M. V.; DECKER, A. T. Saneamento básico: estudo de caso de Arroio Grande, RS. **REGET**, Santa Maria, v. 18, n. 4, p. 1371-1388, dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Paragominas-PA. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150550&search=para|paragominas>> Acesso em: 1 mar. 2017.

JUNQUEIRA, L. A. P. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p.11-22, mar. 1998.

LEONETI, A. B. *et al.* Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p.331-348, mar. 2011.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: manual para a realização de pesquisas em Administração. Goiás: Catalão, 2011. 72 p.

ORNELAS, A. L.; TEIXEIRA, M. G. C. Intersetorialidade ou diálogos setoriais? Reflexões a partir da experiência do Projeto Teias-Escola Manguinhos, Rio de Janeiro. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, p.659-670, jul. 2015.

PARAGOMINAS. Lei nº 597, de 4 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Paragominas e dá outras providências.

PARAGOMINAS. Lei nº 870, de 1 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Fundo e o Conselho Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

PHILIPPI JUNIOR, A. **Saneamento, Saúde e ambiente**: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável, 2º ed. Barueri: Manoele, 2005.248 p.

VALDEVINO, A. A. F. *et al.* Avaliação da eficiência dos serviços de saneamento básico no combate às endemias nos municípios do Estado do Tocantins. **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p.166-181, dez. 2010.